

DER-SP tenta despejar idosa; departamento diz ser consensual

Ação foi interrompida por membros do Movimento de Resistência Miguel Melhado

Por Raquel Valli

O Correio da Manhã recebeu uma denúncia de que o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo (DER-SP) tentou despejar, sem ordem judicial, uma moradora de 63 anos de idade que tem um comércio há mais de 15 anos às margens Rodovia Engenheiro Miguel Melhado Campos (SP-324) em Campinas. Questionado, o órgão afirmou que “a senhora, já beneficiária de aluguel social e contemplada com carta de crédito, manifestou concordância com a realocação, juntamente com as últimas famílias ainda residentes na região, a ser realizada até a próxima semana” (leia mais abaixo).

Mas, o advogado de dona Maria de Lourdes, Augusto César Silva Santos Gandolfo, do Movimento de Resistência Miguel Melhado – Campo Belo (MRMM), rebate as informações do DER-SP. “Dona Maria não recebeu carta de crédito até o momento e tampouco concordou com a saída do espaço, porque ela não tem para onde ir”, afirma. Sustenta que o plano que o departamento fechou com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP) foi feito sem consultar os moradores e que não contempla que continuem no bairro. “O que é oferecido a essas pessoas, como



Imóvel está integralmente dentro da faixa de domínio do DER-SP, às margens da rodovia

no caso da Dona Maria, são apartamentos em regiões do outro lado da cidade”, forçando-os a ficar longe da família, da igreja, dos conhecidos e dos amigos. “Dona Maria é viúva, chefe de família e trata de dores crônicas na UBS (Unidade Básica de Saúde) do Campo Belo. Mantém um pequeno comércio onde mora, há décadas. É a forma com que ela sobrevive. Se sair, terá que ir para um local onde possa continuar a atividade na mesma região”.

Justiça

Ainda de acordo com o advogado, o imóvel está localizado integralmente dentro da faixa de domínio do DER-SP, conforme levantamento da autarquia e da Prefeitura, mas a tentativa de remoção é arbitrária e ilegal por não possuir mandado judicial para o despejo. A ação foi interrompida pela intervenção de membros do Movimento de Resistência Miguel Melhado, que atuaram em defesa da moradora. Gandolfo ainda afirmou que a entidade vai

processar o departamento “pelas atitudes tomadas pela autarquia estadual durante o processo de execução das obras”.

O outro lado

Em nota enviada ao Correio da Manhã, o DER-SP “esclarece que nenhuma família ou comerciante impactado pelas obras de modernização da rodovia ficará desamparado ou privado do pleno exercício de seus direitos”.

Em relação às famílias impactadas, “100 são elegíveis ao reas-

sentamento por meio de convênio DER-CDHU, com carta de crédito de até R\$ 200 mil. Até a entrega da moradia definitiva, recebem auxílio-aluguel no valor de R\$ 605, em parceria entre o DER e a Prefeitura”.

Ainda de acordo com o comunicado, casos específicos “são tratados individualmente, conforme Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com a Defensoria Pública. Também foi destinada área para a realocação de 31 comerciantes formais”.

Já em relação à dona Maria, pontuou que “a senhora, já beneficiária de aluguel social e contemplada com carta de crédito, manifestou concordância com a realocação, juntamente com as últimas famílias ainda residentes na região, a ser realizada até a próxima semana”. Por fim, declarou que “presta apoio jurídico e assistência social às famílias e acompanha todas as tratativas necessárias, em articulação com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU)”.

Acordo

O DER-SP se comprometeu a fornecer uma carta de crédito não onerosa no valor de R\$ 200 mil para cada morador desalojado, além da destinação de um lote para a realocação do ponto comercial como parte das condicionantes do licenciamento ambiental da Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo).

Unicamp quer cotas em 100% da pós-graduação

Da Redação

A Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) estabeleceu o objetivo de implementar políticas de ações afirmativas em todos os seus 84 programas de pós-graduação até o encerramento de 2026. A meta visa universalizar as iniciativas de inclusão que hoje já alcançam 89% dos cursos da instituição. O anúncio ocorreu durante um seminário realizado no auditório da Faculdade de Engenharia Química, onde gestores e especialistas discutiram o estágio atual e os desdobramentos das medidas de equidade no ensino superior. O debate acadêmico também contou com a perspectiva histórica de Débora Jeffrey, diretora da Faculdade de Educação, que lembrou o papel fundamental do movimento estudantil na consolidação dessas pautas.

Durante o evento, foi sugerido que a universidade avance na estrutura administrativa, propondo a criação de uma secretaria ou pró-reitoria dedicada exclusivamente às políticas afirmativas. O seminário serviu como plataforma de intercâmbio com especialistas da Universidade de São Paulo e da Universidade Federal de Minas Gerais, que contribuíram para a análise do cenário nacional de inclusão e para o fortalecimento das estratégias institucionais que buscam garantir a diversidade no ambiente da pesquisa avançada e da formação acadêmica de alto nível.

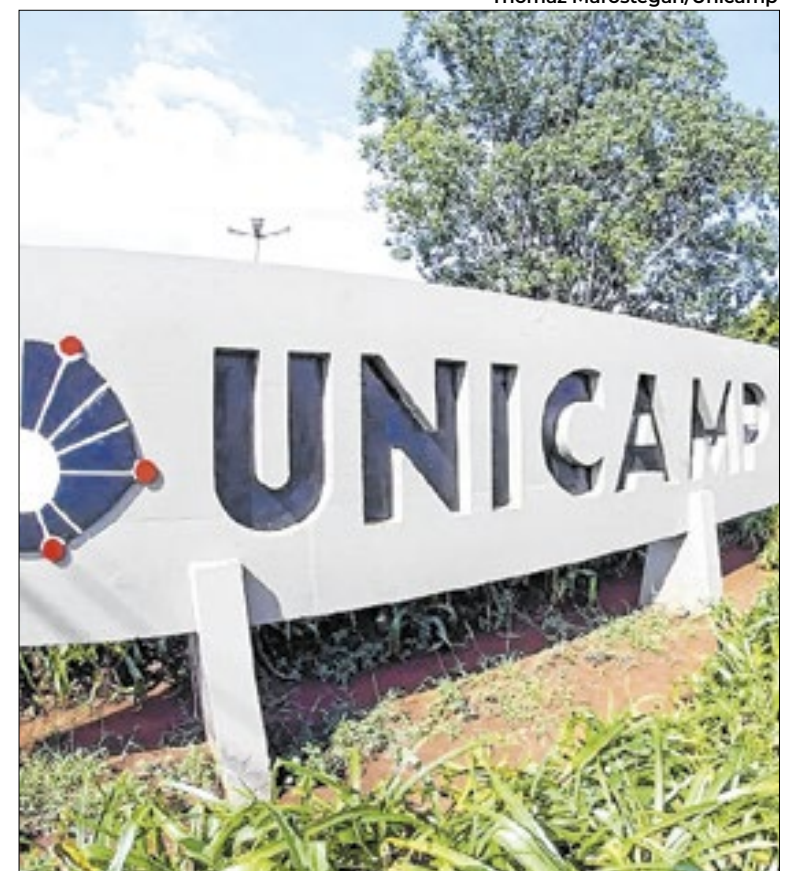
Processo

A trajetória das ações afirmativas na Unicamp apresenta um crescimento acelerado nos últimos anos. Embora a pró-reitora reconheça que a universidade iniciou esse processo com

certo atraso, em relação a outras instituições, o índice atual de 89% é considerado um avanço positivo que pavimenta o caminho para a cobertura total ainda este ano. Desde 2023, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação mantém um núcleo especializado para orientar e acompanhar a execução dessas políticas nos departamentos, garantindo suporte técnico para a implementação das medidas.

O momento atual da universidade é de diagnóstico e aprimoramento das ferramentas de inclusão. A fase vigente foca na avaliação dos resultados para identificar pontos passíveis de melhoria, embora a eficácia geral dos programas já seja observada pela administração central.

O histórico das cotas na Unicamp remete a 2017, quando foram aprovadas após anos de pressão social, passando a integrar o vestibular a partir de 2019.



Objetivo é implementar ações afirmativas nos 84 programas